O JUDICIÁRIO

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES ■ ANO XI - Nº 81 - MARÇO DE 2017 ■ WWW.AMC.ORG.BR

AMC
RUA DOS BAMBUS, 116,
ITACORUBI - FPOLIS (SC)
88034-570

ESPECIAL BUENOS AIRES

Brasil e Argentina debatem cooperação jurídica internacional

I Congresso Internacional AMC/ESMESC, realizado de 28 de março a 2 de abril, promoveu a troca de experiências e integração entre os Judiciários dos dois países vizinhos

PÁGS. 8 A 13

ENTREVISTA

Desembargador Altamiro de Oliveira fala sobre cultura de segurança

PÁG. 6

Perfil: *O Judiciário* conta a trajetória da Desembargadora Salete Silva Sommariva

CONTRACAPA

2º COLÓQUIO DE VERÃO

Especialistas debatem mobilidade urbana na Grande Florianópolis

PÁG. 5

EDITORIAL

Intercâmbio jurídico

Foi uma verdadeira aula de Direito Comparado. Assim pode-se definir a realização da primeira edição do Congresso Internacional de Direito, evento promovido pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), com o apoio da Asociación de Magistrados y Funcionarios de La Justicia Nacional (Argentina) e do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), entre os dias 28 de março e 2 de abril, em Buenos Aires.

Renomados palestrantes ofertaram aos Magistrados catarinenses quatro dias de intenso aprendizado sobre o funcionamento da Justiça Argentina, aspectos importantes da legislação local e as peculiaridades da carreira no país vizinho. De igual modo, tratou-se, ainda, do cumprimento de decisões judiciais por parte dos países que integram o Mercosul.

Em verdade, há muito, tanto no Brasil quanto na Argentina, o Poder Judiciário tem sido chamado a intervir nas principais causas de interesse do país. E o faz por meio de seus Magistrados, que por sua vez, têm agido com altivez, independência e espírito republicano, demonstrando absoluto compromisso com a sociedade, com as leis e com a defesa do Estado Democrático de Direito.

Nesta quadra da história, cada vez mais se assentam os valores da Justiça e se consolida a importância das instituições democráticas como instrumentos capazes de, efetivamente, salvaguardar os direitos individuais e coletivos. Assim, forçoso ressaltar a importância do debate, da integração e do intercâmbio de experiências que possam contribuir para o aprimoramento do trabalho desempenhado pela Magistratura em favor da cidadania.

> **Nesta quadra da história, cada vez mais se assentam os valores da Justiça e se consolida a importância das instituições democráticas**

Num mundo globalizado, faz-se necessário derrubar muros e ao mesmo tempo construir pontes. E foi isso que a AMC, ESMESC, com o apoio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) fizeram, numa clara demonstração de valorização e compromisso com o aprimoramento profissional da Magistratura de Santa Catarina.

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi, Florianópolis/SC. CEP 88034-570
(48) 3231-3006
imprensa@amc.org.br

www.amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - Juiz Odson Cardoso Filho
1º Vice-Presidente - Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer
2º Vice-Presidente - Juiz Osvaldo João Ranzi

Comunicação Social
Diretor - Juiz Antonio Augusto Baggio e Ubaldo
Diretor Adjunto - Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha

O JUDICIÁRIO

Ano IX - nº 81 - Março de 2017

Tiragem: 2 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável
Fabrício Severino/SC01061-JP

Produção, Textos e Edição
Fabrício Severino
Karina Schovepper

Diagramação e Projeto gráfico
Karina Schovepper

Colaboração
Assessoria de Imprensa do TJ/SC

ARTIGO

A vida e suas surpresas

Rui de Aguiar
Juiz aposentado

Pois é, a vida nos reserva tantas surpresas que chegam, às vezes, nos momentos mais inoportunos de nossa existência, transformando, sem aviso prévio, uma relação duradoura em pó, deixando nossa vida feito um deserto seco e estéril, fazendo com que percamos o senso de orientação, permanecendo estático diante daquela adversidade.

Os filhos, ah os filhos, estes só procuram aconchegar-se ao pai quando precisam de algum conselho, de ajuda para solução de seus problemas, enfim, quando estão carentes de um afago amigo que lhes dê segurança para prosseguir na luta diária pela sobrevivência; temos que suportar, então, a solidão que se abate sobre nossas vidas, sem a companhia deles que poderia tornar nossa melancolia, em momentos como este, mais suportável, na medida em que a demonstração de carinho e afeto eleva nossa auto-estima e nos permite trilhar os momentos difíceis, sem maiores dificuldades.

Ainda bem que o homem é um ser que se adapta às situações, por mais estranhas que pareçam, e acaba saindo das dificuldades sem maiores seqüelas, sobretudo se já vivenciou outras situações semelhantes que o deixaram com os "anticorpos" em número suficiente para transpor com mais desenvoltura o caminho de volta à normalidade.

O ser humano é único, de modo que cada indivíduo reage às adversidades de uma forma peculiar, toda sua, fazendo com que a vida seja uma experiência única (...)

E o tempo, ah o tempo, cura tudo, serve para reflexão, novas descobertas e traz de volta a consciência de que nada é eterno.

Descobre-se, ainda, com o tempo, que o que se viveu anteriormente tratava-se de uma situação de pura acomodação com a realidade que não nos deixava satisfeitos, mas que era suportada pela preguiça de novas mudanças e, tudo, passado o tempo necessário, volta a se acomodar e a vida segue seu caminho com novas surpresas, nova fase de adaptação enfrentada, agora, com mais maturidade. De modo que vamos modificando nossa postura em relação aqueles que nos são caros, mantendo, contudo, a nossa essência que é, na verdade, uma espécie de silogismo de uma infinidade de premissas acumuladas durante nossas vidas, as quais são fundidas em nossa mente, que, com sua lógica própria, nos oferece, como conclusão, a transformação de nossas atitudes, procurando adaptar-nos aos novos obstáculos que se antepõem à nossa postura diante das outras relações que vivenciamos, de modo a tornar o caminho da vida menos amargo e com muito mais momentos de prazer.

E tudo isso só pode ser alcançado com o amor que se dedica àqueles que nos cercam, o respeito que devemos ter à individualidade de cada um, a compreensão das dificuldades que enfrentam aqueles que caminham ao nosso lado e não esquecendo de, sempre e sempre, oferecer o ombro para aparar as lágrimas daqueles que nos procuram em busca de consolo, as mãos para guiar aqueles que estão em dificuldades, as palavras para confortar aqueles que precisam do nosso apoio e o colo para o descanso merecido de quem chega até nós cansado de trilhar um caminho cheio de obstáculos e dificuldades.

O ser humano é único, de modo que cada indivíduo reage às adversidades de uma forma peculiar, toda sua, fazendo com que a vida seja uma experiência única e não se pode, portanto, estabelecer regras a serem adotadas por outras pessoas, pois cada ser carrega consigo as suas convicções pessoais, a forma de expressar seus sentimentos, de lutar pelas causas que considera justas, enfim, de rir, de amar, de chorar, de brincar, de trabalhar, de descansar, de dormir, acordar, etc.

Coluna do Baco

Caros colegas e amigos leitores, nesta edição tomo a liberdade de transcrever o artigo abaixo, pela importância do tema, cujo autor é um dos mais conceituados advogados da Capital paulista, Presidente da Academia Brasileira de Gastronomia, Cavaleiro da Confraria do Vinho do Porto e da Confrérie des Chevaliers du Tastevin, da Bourgogne, dentre várias outras do gênero. O artigo foi escrito à guisa de depoimento para a obra VINHO & VINHAS, décimo livro da escritora Roberta Malta Saldanha, a ser lançado entre julho e agosto deste ano, pela Editora Arte Ensaio.

Edson Ubaldo
Desembargador aposentado

O ESPUMANTE BRASILEIRO: NOSSO DOM

Sylvio do Amaral Rocha Filho

O primeiro vinho a espoucar no mundo borbulhou em 1531 em Limoux na França, obra dos monges beneditinos. Estava criado o Blanquette de Limoux, sendo Blanquette o nome local da uva Mauzac. Utilizaram-se do método tradicional, o de permitir a segunda fermentação na própria garrafa.

Dom Perignon esteve lá quase 150 anos depois para aprender como não permitir que os vinhos borbulhassem. Verificou in loco ser impossível e rendeu-se à magia, como se sabe. Fez do champagne, um espumante, o epítome dessa inigualável bebida.

No Brasil, em 1913, Manoel Peterlongo cria o primeiro champagne brasileiro (sim, a Peterlongo por decisão do nosso Supremo Tribunal Federal é a única firma brasileira que pode usar o nome). Seu filho, Armando, continuou a tradição, e seu genro, Alino Lorenzini, diretor técnico do Estabelecimento Vinícola Armando Peterlongo, tratou com competência, zelo e criatividade os champagnes e espumantes da Casa.

Entusiasta, Alino Lorenzini foi o mentor do pioneiro Filtrado Doce Espuma de Prata que, tendo seu auge nas décadas de 60, 70, 80 e 90, vendendo centenas de milhares de caixas por ano, ensinou o brasileiro a tomar gosto pela borbulha e nela reconhecer-se.

Nós, em maio/junho de 1992, na Revista do Vinho, editada pela UVIBRA – União Brasileira de Vitivinicultura, ano 5, nº 30, já elogiávamos o Espumante Brasileiro como a grande surpresa dentre toda a produção nacional.

Sem uvas autóctones a vida vitícola brasileira começa com a importação! Foram importadas as vitiviníferas europeias base de nosso Espumante. Colhidas antes da hora, entre o verdor máximo e maturação máxima, essas uvas conferem ao nosso Espumante sua acidez.

Somos amantes do Espumante Brasileiro que consideramos a verdadeira vocação nacional. Alegre, contagiante, gostoso, cheio de nuances na boca e no nariz, gastronômico ou aperitivo, nosso Espumante é o segundo melhor do mundo, na nossa avaliação.

Na sua brasilidade é o único vinho que consegue ser grande acompanhante de nossa feijoada, por exemplo. Sozinho, esfuziante, preenche o espaço e mostra seu vigor, sua simpatia, a presença de ser brasileiro.

Quer venham do Sul, Vale dos Vinhedos, Serra Gaúcha, Pinto Bandeira, quer venham das Terras Altas de Santa Catarina por obra do visionário Edson Nelson Ubaldo, nossos maravilhosos Espumantes, método champenoise ou charmat, são a máxima exaltação de nossa incipiente vitivinicultura.

Bebamos!

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

Plenário do TJ/SC recebe o nome de Teori Zavascki

O saudoso Ministro Teori Zavascki foi homenageado, no dia 27/3, com a renomeação da sala de sessões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC). A solenidade foi prestigiada pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministra Cármen Lúcia.

Ela falou da honra de ter, no quadro da Magistratura, um Juiz que enalteceu não apenas o órgão que integrou, mas o Judiciário brasileiro. "O ministro tinha qualidades que são absolutamente especiais, como a enorme capacidade de trabalho, um apego muito grande à ordem jurídica, uma técnica que se aliava a um humanismo que é muito difícil a nós, Juízes, na lida do dia a dia", ressaltou a Ministra.

O presidente do TJ/SC, Desembargador José Antônio Torres Marques, relembrou a trajetória do Ministro do STF. "O cenário jurídico brasileiro perdeu mais que um grande jurista, mas a lembrança do Teori profissional, técnico, discreto, seguro e avesso aos holofotes perdurará entre nós. Seu legado jamais será esquecido", completou.

Morto em um acidente aéreo no Rio de Janeiro, em janeiro, Teori Zavascki nasceu em Faxinal dos Guedes, no Oeste catarinense, e era o relator da Operação Lava Jato. Os filhos do então Ministro compareceram à sessão.

✔ NOTAS

■ **COMEMORAÇÃO:** Para celebrar 10 anos de Magistratura, Juízes que tomaram posse em 16 de março de 2007 voltaram a se encontrar este ano, acompanhados por seus familiares, em evento social marcado pelas reminiscências. Segundo os participantes, muitas histórias e experiências foram compartilhadas, assim como uma certeza emergiu: a de que seguiram suas vocações e escolheram a profissão certa, a qual todos amam.

Atualmente, a turma é composta pelos Juízes Mônani Menine Pereira, Orlando Zanon Jr., Fernando Rigoni, Raphael Borges, Gustavo Schwingel, André Milani, Rafael Condé, Janiara Maldaner Corbetta, Tanit Daltoé, Anuska Felski da Silva, Lírio Hoffmann Jr., Bernardo Ern, Graziela Alchini, Iolmar Baltazar, Murilo Consalter, Welton Rubenich, Alessandra Meneghetti, Luciana Santos da Silva, Daniela Dias, Luciana Gottardi, Surami Heerdt, Liana Bardini Alves, Klauss de Souza, Ruy Falk, Emerson Bertemes, Renato Mastela e Roque Lopedote. Infelizmente, lamentaram os organizadores, nem todos puderam comparecer por motivos profissionais e pessoais.

2º COLÓQUIO DE VERÃO

Especialistas apontam caminhos para o problema da mobilidade urbana

A Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC) reuniu, no dia 18/3, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), três especialistas para debater a questão da mobilidade urbana e sustentabilidade. Nesta segunda edição, o Colóquio de Verão ofereceu aos participantes um rico debate sobre os problemas do gênero que afetam a região da Grande Florianópolis e quais os caminhos para melhorar a vida nos espaços urbanos das cidades.

Sob a coordenação do Juiz Rudson Marcos, Professor e diretor de Ensino da ESMESC, o encontro contou com a participação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Elson Manoel Pereira e Bernardo Meyer; e do superintendente de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis e Secretário de Planejamento do estado do Paraná, Cassio Taniguchi.

O primeiro a fazer uso da palavra foi o Professor Elson Pereira. Ele criticou o modelo "rodoviarista" adotado pelo Poder Público, que prefere ampliar espaços para automóveis. Usando como exemplo Londres, Elson sugeriu a adoção de pedágio como forma de desestimular o tráfego de veículos no centro da cidade, além, é claro, de medidas para o aprimoramento do transporte coletivo e melhor ocupação dos espaços urbanos. "As nossas soluções reforçam o modelo rodoviarista. O problema é que quanto mais espaço se der para os carros, mais eles vão ocupar", disse.

O superintendente de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, Cassio Taniguchi, apresentou aos presentes o PLAMUS (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis). Ele comentou sobre o alto percentual de postos de trabalho que estão na Ilha (60%), que obrigam milhares de pessoas a atravessarem todos os dias as pontes que ligam o continente à Capital do Estado. Ele também defendeu a adoção de pedágio urbano e aumento das tarifas de estacionamento no Centro de Florianópolis. "O transporte individual tem que pagar o transporte público", ressaltou.

Da mesma forma, o Professor Bernardo Meyer concordou com a necessidade de criar alternativas para sustentar o sistema de transporte coletivo com recursos oriundos das taxas que poderão ser cobradas de veículos particulares. Ele apresentou com o exemplo a cidade de Bogotá, na Colômbia, que em apenas três anos resolveu de forma satisfatória o problema da mobilidade urbana em seus espaços. "Aqui ainda é muito barato estacionar o carro. E pior, muita gente não paga para usar esses espaços", lamentou.

■ **APOSENTADORIA:** Magistrados, Servidores, Advogados e Ministério Público prestaram, no dia 24/3, uma homenagem ao Juiz Osiris do Canto Machado, no seu último dia de trabalho no Fórum de São José. Machado teve seu pedido de aposentadoria voluntária aprovado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça e encerrou uma trajetória de 34 anos dedicados ao Poder Judiciário.

Natural de Araranguá, Machado ingressou na Magistratura em 1982 como Juiz substituto da comarca de Xanxerê. Ao longo da carreira, judicou nas comarcas de Laguna, Araranguá, Bom Retiro, Urussanga e, por último, São José.

[ENTREVISTA] DESEMBARGADOR ALTAMIRO DE OLIVEIRA

“É preciso criar uma cultura de segurança”

Coordenador do Conselho de Segurança Institucional (CSI) do Tribunal de Justiça, o **Desembargador Altamiro de Oliveira** está investindo em ações que resultem na criação de uma cultura de segurança entre Magistrados, Servidores e Funcionários do Poder Judiciário. Entre as medidas está a criação, em parceria com a Academia Judicial, de uma matéria especifica sobre segurança institucional. “Dessa forma, os novos Juízes assumirão com uma noção de segurança e caminharemos para que, efetivamente, a segurança torne-se uma cultura dentro da instituição”, ressalta.

Na entrevista que segue, o Desembargador fala, também, sobre o Protocolo de Segurança em Redes Sociais – com recomendações aos Servidores e Colaboradores do Poder Judiciário – em vigor desde o início do ano. Confira:

Desembargador Altamiro de Oliveira (C) em reunião do Conselho de Segurança Institucional (CSI), no último dia 22 de março.

■ **O Judiciário: De onde surgiu a ideia da criação de um protocolo específico de segurança nas redes socais?**

Desembargador Altamiro de Oliveira: Nós o criamos com base em protocolos de segurança de outros tribunais, inclusive da Justiça Federal. Como não temos essa cultura de segurança ainda, a gente notou, inclusive devido a um caso específico de uma colega, de que os Magistrados estavam expondo sua vida particular e colocando em risco, não só a eles, como a instituição e seus familiares.

Até pouco tempo, nós não tínhamos essa preocupação específica de segurança na internet, até porque as redes sociais são muito recentes. Então havia colegas, inclusive, que estavam filmando as audiências com pessoas do crime organizado, colegas que saíam sozinhos para caminhar de manhã cedo e postavam esta informação nas redes sociais. E como as redes sociais são abertas, muitos Magistrados estavam vulneráveis à ação de pessoas mal intencionadas. Ou seja, identificamos uma exposição muito grande de colegas, bem como de Servidores e Funcionários nas redes sociais. A partir de então, foi elaborado um protocolo de segurança para os Magistrados, Servidores e Funcionários, para que as pessoas tivessem como norma, como regra, esse comportamento nas redes sociais. Ou seja, se você estiver colocando em risco terceiros, se você estiver colocando em risco a instituição, você tem que observar essas normas, sob pena de você estar infringindo esse protocolo. Não é uma obrigação, até porque não há uma punição específica se o protocolo não for cumprido. Mas se você deixar de cumprir, você está indo contra um procedimento que visa não somente a sua segurança, mas também das pessoas próximas. E esse é, especificamente, o objetivo da criação desse protocolo: garantir a segurança de todos que trabalham na instituição.

■ **O Judiciário: E o que tem sido feito para que todos tenham ciência dessas normas?**

Desembargador Altamiro de Oliveira: Esse protocolo foi criado no início do ano e enviado por e-mail a todos os Magistrados, Servidores e Funcionários. Nós temos, também, uma página no site do Tribunal, onde há um link com essa resolução para que todos possam ter acesso. Além disso, semanalmente, nós enviamos por meio da rede magis, para todos os Magistrados do Estado, “dicas de segurança”. Elas são enviadas todas as sextas-feiras e algumas delas são relacionadas ao comportamento nas redes sociais. Temos colocado isso de uma forma fatiada, justamente para servir como um lembrete.

São dicas de segurança e comportamentos que nós não tínhamos ideia que seriam necessários até pouco tempo. Era inimaginável, até pouco tempo atrás, que alguém quisesse matar um Magistrado, que alguém fosse entrar no fórum para agredir um Juiz. Mas essas coisas ficaram tão banais, até em função da internet, dessa informação tão rápida, que hoje é possível que uma pessoa mal intencionada entre num fórum, que é uma coisa frágil, e ataque um Magistrado, que está vulnerável em seu ambiente de trabalho.

■ **O Judiciário: Que outras ações do Conselho de Segurança Institucional (CSI) estão previstas para este ano?**

Desembargador Altamiro de Oliveira: Nós temos visitado as comarcas, por meio das reuniões de coordenadorias e ouvido os colegas. Mas, principalmente, disseminado junto aos colegas a necessidade de criarmos uma cultura de segurança. Ainda mais que, nessas visitas, nós percebemos o quanto as nossas instalações são vulneráveis. E, atualmente, temos muita dificuldade para reformá-las, pois esbarramos na burocracia do Poder Público, de que se precisa de licitação, de que é necessário um projeto mais amplo. Colocar uma porta giratória, por exemplo, não é simplesmente colocar a porta, existe a questão da catraca, de haver uma sala de desarme, de haver espaço para as pessoas armazenarem seus pertences e de haver gente especializada para fazer a vistoria.

O Conselho de Segurança é relativamente novo, é apenas a segunda gestão no TJ/SC. Nós temos feito o possível sem ter uma verba orçamentária. Outros estados já estão a nossa frente e criaram um fundo com verba específica para a segurança. Nós estamos levando essa necessidade ao conhecimento da presidência e espero que, em breve, seja realizada a votação para a criação desse fundo. Dessa forma, poderemos fazer obras emergenciais onde for constatada uma vulnerabilidade maior da segurança dos colegas ou das instalações físicas. Como eu disse, é uma coisa nova, mas penso que, com o tempo, a preocupação com a segurança vai se tornar um princípio basilar para as próximas administrações.

■ **O Judiciário: O senhor pretende retomar a oferta de cursos de segurança para os Magistrados, como os que já foram realizados pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC)?**

Desembargador Altamiro de Oliveira: Ano passado, por meio da AMC, várias coordenadorias organizaram individualmente esses cursos de segurança, sem ser uma matéria da instituição. Mas, como hoje a segurança é uma preocupação institucional, nós pretendemos fazer isso em duas vertentes: retomar, sim, esses cursos, em uma parceria com a AMC e com a Academia Judicial. Mas, mais que isso, estamos propondo – nós já criamos e já enviamos ao Desembargador Luiz Cesar Medeiros – uma matéria específica sobre segurança institucional. Dessa forma, os novos Juízes assumirão com uma noção de segurança e caminharemos para que, efetivamente, a segurança torne-se uma cultura dentro da instituição. A academia Judicial entra com a teoria e nós, do Conselho, com a parte prática. A ideia é que esse curso seja implantado ainda este ano.

PREVIDÊNCIA

Entidades apresentam proposta de migração para SCPREV

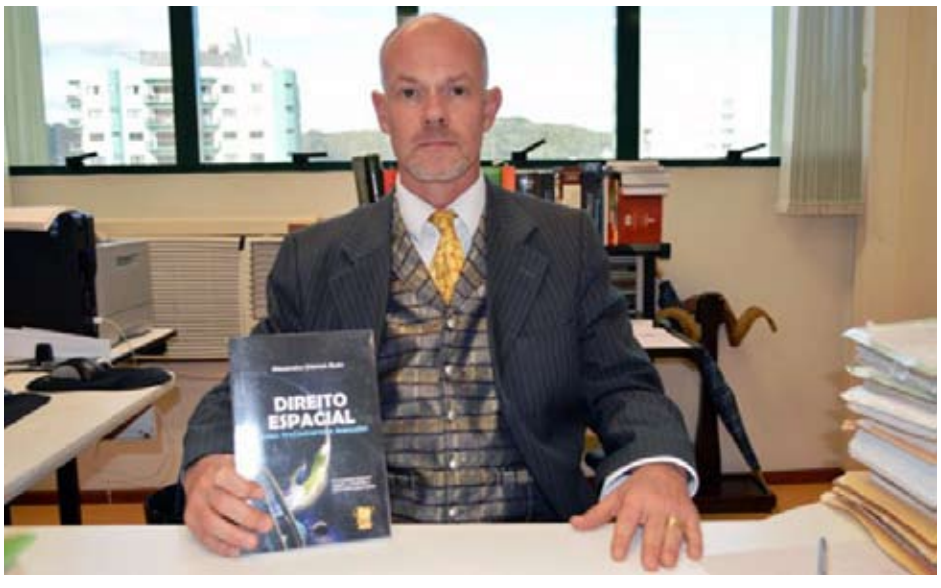
Representantes da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP) e do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (SINDIFISCO) estiveram reunidos na manhã do dia 27/3 com o secretário de Estado da Fazenda, Antonio Gavazzoni, para apresentar um resumo do projeto de emenda à Lei Complementar 661/2015, em tramitação na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), que prevê a possibilidade de migração para o SCPREV, sem prejuízo das contribuições realizadas para a aposentadoria.

A proposta é inspirada na Lei Federal 12.618/2012, que estabelece a criação de benefício proporcional ao tempo de contribuição do servidor anterior a sua migração ao plano de previdência complementar. De acordo com os representantes do SINDIFISCO, a adoção desta sistemática permitirá que o Estado se comprometa apenas com o pagamento de aposentadoria até o teto do Regime Geral de Previdência Social, adicionado de um valor proporcional ao tempo contribuído pelo servidor. Além disso, contribuiria, ainda, com a redução do déficit atuarial no Regime Próprio de Previdência Pública do servidor catarinense.

O secretário da Fazenda, Antonio Gavazzoni, considerou que, a princípio, a proposta é boa e que pretende estudá-la com especial atenção nos próximos dias. "O cenário é bem complicado e, por isso, é importante estudarmos alternativas para a questão da previdência dos servidores públicos estaduais. Essa ideia veio em boa hora", comentou.

A AMC esteve representada no encontro pelo presidente do Conselho Fiscal da entidade, Desembargador Stanley da Silva Braga, e pelo diretor do Departamento de Apoio aos Juízes Vitaliciandos da AMC, Juiz Paulo Eduardo Huergo Farah, que também integra a comissão especial instituída pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para tratar da Reforma da Previdência.

✔ NOTAS



■ **ONU:** O Juiz Alexandre Dittrich Buhr, da comarca de Joaçaba, e sua esposa Magda Ruth participaram, de 27 a 31 de março, da reunião do Subcomitê Jurídico do Comitê das Nações Unidas para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (UNCOPUOS), realizado anualmente em Viena, Áustria. Eles fizeram parte da delegação brasileira de nove membros, a qual foi chefiada pelo Diplomata André Rypl – chefe da Assessoria Internacional da Agência Espacial Brasileira (AEB).

O Magistrado, que é Professor do curso de Direito da UNOESC, Joaçaba, escreveu há alguns anos um livro sobre Direito Espacial – Lições Preliminares e Avançadas de Direito Espacial – pela editora Conceito, bem como fez a sua dissertação de Mestrado sobre o referido tema.

■ **INSTITUCIONAL:** Os presidentes da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Desembargador Odson Cardoso Filho, da Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região (AMATRA-12), Juiz José Carlos Kulzer, da Associação dos Juízes Federais de Santa Catarina (AJUFESC), Juiz Marcelo Adriano Micheloti, da Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP), Promotor de Justiça Luciano Trierweiller Naschenweng, e o diretor de Comunicação da AMC, Juiz Antonio Augusto Baggio e Ubaldo, estiveram reunidos na manhã do dia 13/3, na sede da AMC.

Em pauta, as propostas que tramitam no Congresso Nacional e afetam direta ou indiretamente a Magistratura e o Ministério Público, como a Reforma da Previdência (PEC n. 287/2016, na Câmara dos Deputados) e as que dizem respeito aos direitos, garantias e prerrogativas das duas Classes. Além disso, as entidades estão em tratativas para o compartilhamento de convênios e outros benefícios que revertam em favor de seus Associados.

ESPECIAL BUENOS AIRES

I Congresso Internacional d
AMC/ESMESC supera expe

A primeira edição do Congresso Internacional de Direito, promovido pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), com o apoio da Asociación de Magistrados y Funcionarios de La Justicia Nacional (Argentina) e do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), superou as expectativas dos organizadores e participantes, que acompanharam, atentamente, as palestras proferidas por Magistrados argentinos durante quatro dias de evento realizado nas dependências do hotel Sheraton Libertador, em Buenos Aires (ARG).

O encontro teve início na terça-feira, dia 28/3. O presidente da AMC, Desembargador Odson Cardoso Filho, saudou os presentes e destacou a importância do conclave para os Magistrados dos dois países. "Trata-se de um momento singular, em que teremos a oportunidade de aprender lições sobre o funcionamento da Justiça Argentina, a partir da seleção e da atuação de seus Juízes, assim como as principais regras que norteiam os processos penal e civil, passando pelo cumprimento das determinações judiciais nos países integrantes do Mercosul e pela aplicação de acordos internacionais. Mais do que nunca, a integração e o intercâmbio de experiências se mostram adequados e necessários, sobretudo entre os mais importantes países da América do Sul, Brasil e Argentina", ressaltou.

Em seguida, a presidente da Associação dos Magistrados da Argentina, Dra. María Lilia Gómez Alonso de Díaz Cordeiro, também deu as boas vindas aos Magistrados catarinenses e fez uma breve exposição sobre a organização e o funcionamento dos Poderes do Estado argentino. Na sequência, o Dr. Luis María Cabral, membro do Conselho da Magistratura argentina, palestrou sobre como funciona o processo de seleção dos Juízes de seu país. Segundo ele, o concurso da Magistratura argentina se dá em duas etapas, sendo a primeira um concurso público (como no Brasil, dividido em várias fases) e, a segunda, por meio de escolha em lista tríplice, realizada pelo presidente da República, com posterior respaldo do Senado. "Assim, o fator político é substancial e define a escolha do candidato", declarou. "No certame efetivado pelo Conselho, no entanto, leva-se em conta a sua idoneidade, capacidade técnica, habilidade para tomar decisões e coordenar uma equipe. O bom Juiz tem que buscar aproximar a norma à tentativa de fazer justiça. Não basta saber o Direito, tem que saber também aplicá-lo", completou

SÉRGIO IZIDORO HEIL
DESEMBARGADOR DO TJ/SC

"Na minha opinião, o I Congresso Internacional de Direito os objetivos propostos no sentido de viabilizar uma coop e merece ser replicado com a participação de tribuna AMC/ESMESC na pessoa do seu Presidente Desembar

GLADYS STELLA ÁLVAREZ
PRESIDENTE DEL CONSEJO DE HONOR DE LA FUND

"Este encontro me parece indispensável. Eu pe nossos colegas, trocar experiências. Há muitas co envolvem as pessoas nos dois países. Nós precisa muito valioso. Minhas felicitações a quem realizou que dialogam hoje aqui, sairão enriquecidos deste

le Direito
ectativas

o realizado em Buenos Aires certamente alcançou todos
peração jurídica internacional. O evento foi um sucesso
is de outros países. Por fim, parabenizo a direção da
gador Odson Cardoso Filho pela brilhante iniciativa".

ACIÓN LIBRA (ARGENTINA)

enso que necessitamos intercambiar mais com
nsequências da globalização, muitos conflitos que
mos falar do Mercosul. Enfim, este intercâmbio é
u este evento e eu creio os Juízes dos dois países,
encontro".

2º dia: Sistemas processuais e aplicação de acordos internacionais

O segundo dia do I Congresso Internacional de Direito da AMC/ESMESC, no dia 29/3, reuniu quatro Magistrados argentinos, que repassaram aos participantes do encontro os principais aspectos dos sistemas processuais civil e penal e aplicação dos acordos internacionais, com ênfase para área de Direitos Humanos.

A primeira palestra foi proferida pelo Juiz de Execuções Fiscais e Tributárias Carlos María Folco e versou sobre o "Controle de Convencionalidade da Comissáo Interamericana de Direitos Humanos". Ele iniciou sua fala com uma abordagem sobre o controle de constitucionalidade feito em seu país, o qual "é complexo e é de responsabilidade de todos os Magistrados argentinos". Folco também destacou a força dos acordos internacionais, cujo cumprimento é obrigatório. "As decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos são definitivas e inapeláveis. Se não cumprir, o infrator e o próprio país incorre em responsabilidade", frisou.

Na segunda palestra do dia, o Juiz Diego Barroetaveña, com atuação na Câmara Criminal, fez uma "Breve resenha do sistema processual penal federal e nacional - Do processo escrito ao acusatório ainda não vigente, passo preliminar pelo sistema misto". Para ele, os problemas enfrentados pelo Poder Judiciário são similares em vários pontos. "As nossas causas também são longas. O nosso sistema tem muitas possibilidades de recursos", destacou, acrescentando que recentemente foram feitas mudanças na legislação processual local para dar mais agilidade e efetividade às decisões judiciais na Argentina.

Logo após, o Juiz de Instrução Fernando Caunedo fez a palestra "A fase de instrução e procedimentos especiais". Ele também compartilhou da opinião de seu antecessor, sobre a morosidade do sistema processual argentino, que, por vezes, abre a possibilidade de os processos serem alcançados pela prescrição. Caunedo falou ainda das novas ideias que visam agilizar a fase de instrução e que também prevê uma atenção maior ao sistema acusatório, algo similar ao que já acontece no Brasil com as audiências de custódia. "É importante tornar o sistema mais ágil para evitar a prescrição dos processos", disse.

O Juiz da Execução Penal Marcelo Peluzzi, quarto e último palestrante do segundo dia do Congresso, abordou o tema "O regime progressivo na execução das penas privativas de liberdade". Ele destacou, primeiramente, que o cumprimento das penas na cidade de Buenos Aires são diferentes do resto do país. Ressaltou , ainda, a importância da progressão de regime no processo de ressocialização dos apenados. "Há permanente controle judicial, com períodos de observação nas suas diversas fases, entre elas, a de socialização, consolidação e confiança. O bom comportamento vai ser decisivo para a sua progressão de regime", sublinhou Peluzzi.

O diretor da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), Juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, coordenador do painel, destacou, ao final, a importância das colocações dos Magistrados argentinos e as semelhanças dos sistemas dos dois países. "Além das audiências de flagrância ou de custódia recém implantadas, aqui também há registros de rebeliões com extrema violência nos presídios", comentou.

ESPECIAL BUENOS AIRES

3º dia: Visita à Suprema Corte de Justiça da Argentina e palestras com Magistradas argentinas

No terceiro dia (30/3) do I Congresso Internacional de Direito da AMC/ESMESC, realizado em Buenos Aires, os Magistrados catarinenses realizaram, pela manhã, uma visita à Corte Suprema de Justicia de La Nación. Lá foram recebidos pelo Juiz Alfredo Gusman, Presidente da Câmara Nacional de Apelações Civis e Comerciais, e pelo Juiz Gustavo Bocanera, secretário geral da Câmara Federal Civil e Comercial. Na oportunidade, os Magistrados catarinenses puderam conhecer parte das instalações do local, bem como receberam informações sobre o funcionamento do trabalho de Juízes e servidores que atuam no referido órgão colegiado.

À tarde, teve início a rodada de palestras de quatro Magistradas argentinas, todas com atuação em segundo grau. A primeira delas foi proferida pela Juíza e professora Gladys Stella Álvarez e tratou da "Resolução alternativa de conflitos". Em sua introdução, ela exibiu um vídeo do pesquisador Joel Barker, que popularizou o conceito de mudança de paradigma. Com base nas ideias de Barker, ela defendeu a construção de um novo modelo de Justiça, que prestigie a conciliação e a mediação como forma de se alcançar a paz social. "O Juiz tem que entender que precisa ajudar as pessoas a resolverem os seus conflitos. Uma Justiça que demora, que não funciona, deixa toda uma sociedade doente", destacou.

Logo após, a Juíza Mabel de Los Santos, da Câmara Nacional de Apelações Cíveis, palestrou sobre as principais tendências da reforma processual civil e comercial da Argentina. Ela reconheceu que o modelo argentino não é dos mais modernos em razão da existência ainda hoje de códigos processuais autônomos em todas as províncias, mas que mudanças estão acontecendo neste sentido, muitas delas inspiradas em nosso novo Código de Processo Civil e nos ensinamentos de renomados juristas brasileiros. De acordo com Mabel, as recentes reformas devem valorizar mais a oralidade e assegurar uma tutela judicial mais efetiva. "O fracasso da tutela jurisdicional representa a própria derrota da Justiça", pontuou.

Na terceira palestra do dia, proferida pela Juíza María Elsa Uzal, da Câmara Nacional de Apelações Comerciais, os participantes puderam conhecer um pouco mais sobre a jurisdição internacional na Argentina a luz do novo Código Civil e Comercial do país. Ela comentou que ainda há resistência por parte da Justiça argentina em aceitar medidas cautelares oriundas de países estrangeiros. "Perdemos a oportunidade (na elaboração do novo Código Civil) de se trabalhar melhor a questão do reconhecimento das sentenças estrangeiras. Acredito que temos que persistir nessa possibilidade", assinalou.

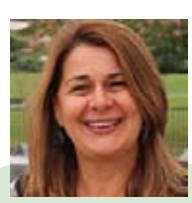
A última explanação do dia foi feita pela Juíza Susana Najurieta, da Câmara Federal de Apelações Cíveis e Comerciais, que tratou da aplicação dos acordos internacionais relacionados ao Direito de crianças e adolescentes. Najurieta destacou a necessidade de colocar a criança em primeiro lugar, de ouvi-la e assegurar não só os seus direitos como também respeitar a sua vontade. Ela falou ainda das garantias nos casos de restituição (regresso) de crianças ao país de origem: "A criança tem direito a ter acesso a uma autoridade competente e, principalmente, rapidez na resolução do caso", afirmou.

GUILHERME AUGUSTO PORTELA DE GOUVEA
JUIZ DO TJ/SC

"Gostei muito da oportunidade, do evento, da organização e de poder conhecer pessoalmente colegas tão valorosos."

MARCELO ALEJANDRO PELUZZI
JUEZ DE EJECUCIÓN PENAL NACIONAL

"A presença dos Juízes catarinenses aqui em Buenos Aires é muito enriquecedora. Para nós é uma satisfação estarmos juntos para compartilhar experiências com colegas de outro país".



ELIZA STRAPAZZON
JUÍZA DO TJ/SC

"Adoramos o evento, a organização e a agradável companhia dos colegas."

ESPECIAL BUENOS AIRES

Congresso encerra com palestra sobre responsabilidade dos Juízes argentinos

O vice-presidente do Conselho da Magistratura da Argentina, Miguel Piedecasas, fez, no dia 31/3, a palestra de encerramento do I Congresso Internacional de Direito da AMC/ESMESC, realizado em Buenos Aires. Piedecasas falou sobre a responsabilidade dos Juízes argentinos pelos danos derivados de sua atividade judicial.

De acordo com o palestrante, a lei que normatiza o tema é recente, tendo sido promulgada em 2014. "Os danos causados pela atividade judicial ilegítima geram responsabilidade objetiva e direta para o Estado, sendo que o Juiz só responde quando age com dolo ou culpa. A atividade judicial legítima não gera dever de indenizar, mesmo quando causa dano", explicou, acrescentando que a responsabilidade pode ser atribuída somente ao Juiz, ao Estado ou a ambos.

Outro ponto importante da nova lei é que não há níveis de culpa (leve ou grave, por exemplo). "Aqui só existe culpa ou dolo. Os Magistrados podem responder por negligência ou imprudência e estão sujeitos à remoção (perda do cargo). O sistema de responsabilização dos Juízes é novo aqui na Argentina. Veremos a evolução dos fatos", disse.

Logo após a palestra, foi oferecido um almoço para marcar o encerramento do evento, com os magistrados brasileiros e os palestrantes. Na parte da tarde, o grupo de Magistrados catarinenses foi recebido novamente na Suprema Corte de Justiça da Argentina, para uma visita guiada. Ainda durante o encerramento do encontro, os Juízes argentinos foram convidados a participar do Congresso Estadual de Magistrados da AMC, programado para acontecer no final deste ano.

GERALDO CORRÊA BASTOS
JUIZ DO TJ/SC

"Foi um evento maravilhoso. Não só pela qualidade das palestras, mas também pelo clima de confraternização entre os colegas. A AMC está de parabéns pela realização deste importante e magnífico Congresso Internacional."

JAIRO FERNANDES GONÇALVES
DESEMBARGADOR DO TJ/SC

"Foi realmente um evento muito bom, proveitoso em todos os sentidos, seja quanto às palestras, conhecimento da forma de composição dos tribunais de lá aliado ao congraçamento com os colegas. Espero que a AMC e o TJ/SC consigam promover outros eventos dessa natureza".

DIEGO G. BARROETAVEÑA
JUEZ DE CÁMARA DEL TRIBUNAL ORAL EN LO CRIMINAL N°21

"Importante, sobretudo pela possibilidade de intercâmbio dos problemas, das questões que cada um enfrenta em seu país. Podemos falar de números concretos, como por exemplo, quanto custa um detento, se o dinheiro chega ao sistema penitenciário etc. E também pela possibilidade de criar uma rede entre os nossos países. Estamos em tratativas para participar de um evento em Santa Catarina no final deste ano".

MIGUEL PIEDECASAS
VICEPRESIDENTE DEL CONSEJO DE LA MAGISTRATURA DE LA NACIÓN

"Para nós é importante interagir. Temos uma proximidade com o Brasil, intelectual, territorial e não são frequentes eventos comuns. Por isso, é fundamental manter esse contato, com trocas recíprocas de conhecimento".

ESPECIAL BUENOS AIRES

ESPECIAL BUENOS AIRES

NOVOS CAMINHOS

Jovem acolhida ingressa na faculdade e no mercado de trabalho

A jovem K.S.F., de 18 anos, não imaginou que sua vida mudaria tanto. Ela participa do Programa Novos Caminhos e há cerca de dois meses conseguiu uma bolsa para a faculdade de Psicologia. A adolescente morava em um dos lares de acolhimento da região e com ajuda da assistente social da entidade também arranjou um emprego.

Como alcançou a maioridade, ela precisou sair do abrigo institucional e vive agora no seu próprio cantinho. "Está tudo diferente. A escola agora é faculdade. Eu trabalho e moro sozinha. As aulas são bem diferentes do colégio, o conteúdo é on-line e mais aprofundado. É mais puxado por que trabalho durante o dia. Quando chego em casa à noite ainda estudo para provas, trabalhos e faço pesquisas", comentou.

A jovem escolheu a faculdade de Psicologia inspirada na profissional que atua no lar de acolhimento onde ficou. "Eu gosto bastante do trabalho que ela faz, me ajuda muito e eu também gostaria de fazer alguma coisa que ajudasse as pessoas. Por isso escolhi a Psicologia", contou a menina, com brilho nos olhos.

"Nós aceitamos o pedido para contratá-la e temos certeza de que ela reconhece que é uma ótima oportunidade, pois desempenha bem todas as tarefas e os clientes gostam do atendimento. Ela também dá valor ao carinho da equipe, sabe que somos como uma família e que pode contar com a gente", explicou Sarajane Steinheuser, gerente da empresa onde a adolescente trabalha.

■ AULA INAUGURAL

Na tarde do dia 14 de março, foi realizada a aula inaugural de 2017, do Programa Novos Caminhos. O encontro aconteceu no SENAI de Rio do Sul, entidade da FIESC, com a presença do Juiz da Vara da Família, Infância e Juventude, Rodrigo Tavares Martins e do presidente da OAB-Subseção de Rio do Sul, Antonio Naschenweng Neto. Também participaram representantes das entidades parceiras do projeto e as interlocutoras do SESI, SENAI e IEL.

A turma deste ano é formada por 19 adolescentes, vindos das casas de acolhimento de Rio do Sul, Braço do Trombudo, Ituporanga e Vidal Ramos. A diretora do SENAI, Graziela da Silva Branco, falou em nome do vice-presidente da FIESC para o Alto Vale, Lino Rohden. "Esse projeto é desenvolvido por várias mãos. São diversas entidades envolvidas como o SENAI, SESI, IEL, OAB, SENAC, Unidavi, entre outras. Estamos todos à disposição de vocês para ajudá-los a se desenvolverem pessoal e profissionalmente", disse a diretora. O presidente da OAB também incentivou os adolescentes. "Dediquem-se e levem a sério. Sem uma boa formação fica mais difícil ingressar no mercado de trabalho. Esse será um diferencial para uma vida melhor", falou Antonio Naschenweng Neto. "Aproveitem essa oportunidade, nós acreditamos em vocês e estamos oferecendo um novo rumo, um novo futuro", disse o Juiz Rodrigo Tavares Martins.

Em seguida, a coordenadora do Programa SENAI de Ações Inclusivas, Rosana Baron Zimmer Mendes, que na ocasião esteve representando Bianca Pauletti, coordenadora estadual do Programa Novos Caminhos, explicou o que é o programa e quais as entidades parceiras. Ela também falou sobre o objetivo, de capacitar os adolescentes para que tenham condições de saírem das casas de acolhimento, quando completarem 18 anos de idade. Depois, pediu para que os estudantes escrevessem qual profissão gostariam de seguir e colocassem o papel dentro de cápsulas para serem abertas no futuro. O evento terminou com uma visita nos laboratórios do SENAI.

O Programa Novos Caminhos é uma parceria entre FIESC, Associação dos Magistrados Catarinense (AMC), Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) e Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP/SC).

Auditório lota para assistir palestra da Juíza Andréa Pachá

Um auditório lotado assistiu com especial atenção a palestra da Juíza carioca Andréa Pachá, intitulada "Afeto, justiça e novos direitos das famílias". A Aula Magna marcou o início das atividades de 2017 dos módulos do curso de preparação para a Magistratura, oferecido pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC). Na oportunidade, também foi feito o lançamento do livro "Escudo de Vidro", do Juiz Fernando de Castro Faria, editado pela Empório do Direito.

A Magistrada falou sobre a sua experiência de mais de 20 anos à frente de uma Vara de Família e o quanto a literatura, a dramaturgia e as artes em geral ajudaram-na a encontrar respostas para os dramas que encontrou durante essa trajetória. "Nesse período pude perceber a evolução humanidade e as transformações do mundo contemporâneo, que passavam pela minha mesa. E também o impacto que as decisões políticas causavam nas relações familiares. A vida começou a se encontrar nos tribunais", contou, referindo-se, principalmente, ao período de redemocratização, tendo como ponto alto o advento da Constituição Federal.

Ela lembrou, ainda, que nos últimos anos o afeto chegou à Justiça como "gerador de direitos", ao mesmo tempo em que a sociedade foi tomada pelo consumismo. Tal fenômeno, hoje mais forte por conta das redes sociais, gerou, entre outras coisas, uma busca desenfreada pela felicidade, a qual passa a ser perseguida a qualquer custo e, em muitos casos, cobrada do próprio Estado. "Estamos terceirizando para o Judiciário o protagonismo das nossas escolhas. A meu ver, a sociedade vive um processo de infantilização, que quer que o Estado resolva todos os seus problemas", assinalou.

A Magistrada foi além no debate sobre as relações familiares: "Essa ideia de patrimonialização do afeto me preocupa. Ninguém tem direito ou obrigação em relação ao amor e à felicidade. Estamos tentando resolver problemas familiares com dinheiro e prisão, como se isso pudesse garantir a felicidade. É um desastre usar o Judiciário para ampliar os conflitos. O mais importante é definirmos os direitos e valores que nós queremos", pontuou.

Por fim, Andréa Pachá destacou que o as mudanças do mundo contemporâneo exigem um novo perfil de Magistrado, com formação integral, sensível e aberto a novos saberes. "O bom Juiz é aquele que é independente, que julga de acordo com as leis, a Constituição e não por convicção", ressaltou.

SOLENIDADE

TRE/SC empossa novos dirigentes

A sala de sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC) ficou lotada, no dia 17/3, para a solenidade de posse dos novos dirigentes da instituição. Foram empossados o Desembargador Antonio do Rêgo Monteiro Rocha, como presidente do TRE/SC, e o Desembargador Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu, no cargo de vice-presidente e corregedor regional eleitoral.

O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Desembargador Odson Cardoso Filho, e o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em exercício, Desembargador Alexandre D'Ivanenko, prestigiaram o evento, que contou com a presença de inúmeras autoridades e familiares dos empossados.

Em seu último discurso como presidente da Corte, o Desembargador Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu agradeceu a colaboração de todos os Juízes do Pleno, dos Procuradores da República, Promotores de Justiça, Juízes de Direito e Servidores Eleitorais e desejou ao novo presidente "a mesma felicidade que me envolve o espírito, não por deixar esta presidência, que não constituiu fardo algum, mas por ter alcançado a bênção de poder realizar o possível e, assim, bem representar a Justiça de Santa Catarina."

Após os novos presidente e vice-presidente e corregedor regional eleitoral terem assinado os respectivos termos de posse, o Juiz Helio David Vieira Figueira dos Santos saudou os empossados, desejando uma feliz e profícua administração. Ressaltou, ainda, ter a certeza de que o novo presidente conduzirá o Tribunal com independência, sabendo "prestigiar escrupulosamente a Constituição e a Lei."

Em seu pronunciamento, o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Antonio do Rêgo Monteiro Rocha, inicialmente, agradeceu aos presentes e declarou que pretende manter o caminho seguido pelo ex-presidente e atual corregedor regional eleitoral, Desembargador Cesar Abreu. Ao comentar os objetivos de sua gestão, ressaltou, dentre eles, a necessidade de "preparar no dia-a-dia as eleições majoritárias de 2018, ciente de que o País precisa combater, pelas vias legais, a corrupção endêmica que escandaliza o bom eleitor e o bom político, desafiando a ciência política e a Justiça Eleitoral do país", sustentando que seu objetivo à frente do TRE-SC "é o de universalizar, em nosso espaço político, a vontade, livre e espontânea, do eleitor na escolha de seus representantes no pleito de 2018." O Magistrado destacou, ainda, dentre os propósitos, a formação política de crianças, adolescentes e mulheres, asseverando que "a participação feminina na vida pública e a educação política do infante e do adolescente precisam ser fortificadas."

Câmara de Vereadores homenageia a Juíza Bettina Maria Maresch de Moura

No dia 22/3, a Juíza de Direito de 2º Grau, Bettina Maria Maresch de Moura, foi homenageada em Sessão Solene da Câmara de Vereadores do Município de Chapecó. No evento, realizado em comemoração ao ano do centenário do município e ao Dia Internacional da Mulher, foram lembradas as trajetórias de nove mulheres com atuações consideradas marcantes na história da cidade.

Os Vereadores registraram, durante os seus pronunciamentos, a carreira da Magistrada Bettina na cidade e Comarca de Chapecó, destacando ser o local onde há 24 anos iniciou a judicatura como Substituta na região Oeste e há aproximadamente 17 anos exerce de forma ininterrupta as suas atribuições, primeiramente como Juíza de Direito Titular da Primeira Vara Cível da Comarca de Chapecó e atualmente como Juíza de Direito de Segundo Grau, com lotação na Câmara Especial Regional de Chapecó.

A Magistrada agradeceu a homenagem e enalteceu a sensibilidade dos Vereadores. "É uma grande felicidade receber essa distinção, especialmente em razão do vínculo com a cidade, na qual tenho atuado durante grande parte da minha carreira. Parabenizo os idealizadores da iniciativa e, especialmente, as demais mulheres chapecoenses", disse a homenageada.

O ato, presidido pelo vereador Valmor Scolari, contou com a presença do prefeito (Luciano Buligon), do vice-prefeito (Élio Francisco Cella), de representantes do governador do Estado (Maria de Lurdes Seben) e da direção do Foro da Comarca de Chapecó (Juliano Serpa, Juiz de Direito Titular da 2º Vara do Juizado Especial e da Unidade das Questões Agrárias), além do Presidente da Subseção de Chapecó da Ordem dos Advogados do Brasil (Advogado Ortenilo Azzolini).

Minha história... CONHEÇA A TRAJETÓRIA DA DESEMBARGADORA SALETE SILVA SOMMARIVA

Mãe e Magistrada, na luta por uma Justiça mais justa

Para quem acredita que ser mãe e profissional é uma missão quase impossível de conciliar, a Desembargadora Salete Silva Sommariva prova que não. Quando ela concluiu sua formação em Direito, já estava casada e com três filhos. Isso, em uma época sem as facilidades da tecnologia e com as exigências de acompanhar bem as crianças no médico, na escola e nas lições do cotidiano. "Eu queria fazer as duas coisas. Ser profissional e ser mãe. Eu sempre fazia do pequeno tempo que eu tinha com os meus filhos um grande tempo", revela, indicando a receita para uma educação que considera de sucesso.

Os filhos, dois Advogados e uma Dentista, afirmam que realmente ela foi uma excelente mãe. "Eu corria muito, muito. Mas no fim, deu tudo certo", lembra. Salete acredita que também depende muito da mulher. "As mulheres discriminam elas mesmas, há uma barreira dentro delas que precisa ser superada", afirma, pois muitas mulheres preferem os serviços dos profissionais do sexo masculino e, do mesmo modo, nas eleições, optam por votar em candidatos, dificultando assim o aumento da representatividade da mulher na política.

Desembargadora desde 2003, ela nunca sentiu discriminação dos colegas por ser mulher. "Nem na Advocacia, nem no Tribunal de Justiça", pontua, recordando que quando foi nomeada era a única mulher na composição da Corte. Aliás, ela foi a primeira a presidir uma subseção da OAB/SC e, na mesma instituição, foi a segunda a participar como membro julgador do Tribunal de Ética e Disciplina. "Eu me vejo como uma mulher que na minha época tentou abrir caminhos para as mulheres no futuro", concluiu.

Salete é a segunda mulher a alçar ao cargo de Desembargador no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. A primeira foi a Desembargadora Thereza Grisólia Tang, já falecida. "As mulheres estão ainda muito tímidas, falta coragem para enfrentar determinadas situações", acredita. Dentre as funções que já exerceu no encontram-se a de membro das 1ª e 3ª Câmaras Civeis, membro da 2ª Câmara Criminal, presidente do Fundo de Adminstração de Conta Única, Ouvidora Judicial, membro da comissão de revisão do Código de Divisão e Organização Judiciária de Santa Catarina e membro da Comissão Permanente de Concurso para Ingresso na Magistratura Catarinense.

Atualmente, a Magistrada é vice-corregedora geral da Justiça e coordenadora da Coordenadoria de Execução Penal e da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CEPEVID). Desenvolve um amplo trabalho de prevenção contra a violência doméstica, sobretudo, na conscientização da Lei Maria da Penha. "É uma legislação de primeiro de mundo, espetacular. A nossa dificuldade é o aparelhamento para implantá-la", reforça.

Outra atuação a frente da CEPEVID são as intervenções no sistema prisional. Uma vez por mês, uma equipe de juízes e servidores voluntários instalam o "Mutirão Carcerário" em determinada comarca. Ali, entrevistam presos provisórios e revisam os processos de execução penal, para assegurar os direitos dos presos. A grande preocupação é melhorar as condições de cumprimento da pena, para que os detentos encontrem incentivos para ressocialização. "Melhorar as condições prisionais, para obter um índice menor de reincidência", justifica, na busca por um "amanhã com menos violência e mais segurança para a sociedade".

Sem influência na família, ela acredita que nasceu vocacionada para o Direito. "Com isso dentro de mim", como tenta explicar. Natural de Lages, cidade da região serrana, ela morava perto do fórum. Foi aí que, desde criança, ela se apaixonou pela Justiça. "Tornei-me adolescente com o sonho de fazer Faculdade de Direito", recorda, a qual considera uma das mais belas áreas. "Um verdadeiro sacerdócio", reitera.

Sua rotina, hoje, é bastante diferenciada de um ano e meio atrás, quando atuava em uma das câmaras criminais. Naquela época, além das demais sessões, ela comparecia todas as terças-feiras às sessões ordinárias da Segunda Câmara Criminal, cujos julgamentos se estendiam, por vezes, até as 21h. Sem contar que era comum a necessidade de levar os processos para estudar em casa, durante o final de semana. Recentemente, tem desempenhado um trabalho bem eclético, voltada aos processos dos cartórios extrajudiciais. É uma rotina de muitas horas de trabalho diário, com inúmeras viagens.

O caso da menina Gabrielli Cristina Eichholz, encontrada morta na pia batismal da igreja Adventista de Joinville, em 2007, é um dos grandes momentos da sua carreira no TJ. Intrigada com a prisão de Oscar Gonçalves do Rosário, pelas circunstâncias como ela ocorreu e impressionada com os detalhes da reconstituição apresentada pelos noticiários, ela pediu vistas dos autos. "Meu gabinete analisou todas as páginas, da primeira a última, e concluiu, após meses de árduo trabalho, que a sentença precisava ser revista", garantiu.

Ela, então, em sessão que envolveu as câmaras criminais reunidas, votou pela anulação do processo por graves violações às garantias constitucionais, tese que foi acompanhada pela maioria dos Desembargadores integrantes do órgão colegiado. Para ela, a decisão foi tão acertada que sequer houve posterior interposição de recurso. Na época, inclusive, recebeu inúmeras manifestações de apoio, principalmente da comunidade joinvillense, comarca onde tramitou a ação penal.

A Desembargadora traz um gosto especial pela leitura e pela escrita. Citou vários autores que costuma ler, entre eles, Augusto Cury, Martin Gilbert e Leon Uris. Na adolescência, relembra que leu quase todas as obras da norte-americana Pearl Buck, Leandro Dupre, Jorge Amado e Érico Veríssimo. "Tenho até algumas coisas escritas, que nunca publiquei", confessou.

Ao lado do seu esposo, Evaldo Sommariva, a Magistrada acredita que já conquistou seus maiores objetivos. Porém, não pensa em parar de trabalhar. "Se Deus quiser, vou continuar na advocacia após a minha aposentadoria. Ainda agora, no outono da minha vida, continuo a sonhar, e sei que ainda tenho muito a fazer". Ela sempre se lembra de um pensamento, "verdadeira pérola e de autor desconhecido para mim, e que era parafraseado por John Kennedy, em seus pronunciamentos: – Há pessoas que veem as coisas que acontecem e perguntam: ´por quê? ´, enquanto eu sonho com as coisas que jamais aconteceram e pergunto: 'por que não'?". "Daí talvez a vontade de continuar", esclarece.